

IV Encontro sobre Língua, Literatura e Cultura Japonesa  
Organização: Associação dos Professores de Língua Japonesa do Estado do Rio de Janeiro  
Local: Centro Cultural e Informativo do Consulado Geral do Japão do Rio de Janeiro  
Av. Presidente Wilson, 231, 15º andar, Castelo, Rio de Janeiro, RJ  
Dia 15 de Julho de 2011, sexta-feira, a partir de 13 horas

## Valores culturais e sociais nipônicos <sup>1</sup>

Profa. Dra. Elisa Massae Sasaki <sup>2</sup>

Resumo: A sociedade japonesa é norteada por alguns valores como harmonia, impermanência, coletividade, hierarquia, respeito aos mais velhos. As palestras apresentarão sobre as manifestações desses valores culturais e sociais nipônicos em diferentes aspectos. Este trabalho discorrerá sobre os preceitos básicos do Xintoísmo, Budismo e Confucionismo que vieram sendo incorporados na sociedade japonesa ao longo da sua história, presentes ainda nos dias de hoje, que compõem os valores culturais e sociais nipônicos.

第4回日本語・日本文学・日本文化研究発表会  
主催：リオデジャネイロ日本語教師会  
場所：在リオデジャネイロ日本国総領事館 広報文化センター  
日付：2011年7月15日（金曜日）、13時から

### <基調講演> 「日本における文化のおよび社会的価値観」

佐々木正恵エリーザ准教授（リオデジャネイロ州立大学）

<要約> 日本社会はいくつかの価値観を持っている：調和、無常観、集団主義、序列への秩序、年配者尊敬など。今回の講演は日本の文化のおよび社会的価値観の様々な発現を発表する。神道、仏教と儒教の基本的な思想がどのように日本史の流れの中で影響を与えてきたか、いまもなお日本の文化的社会的価値観を構成していることについて述べる。

---

<sup>1</sup> Uma versão anterior deste trabalho foi apresentado como “Os preceitos básicos do Xintoísmo, Budismo e Confucionismo nos valores japoneses”, na Mesa Redonda: “A relação entre o homem e a natureza no Japão”, no V Congresso de Letras Clássicas e Orientais e I Congresso Nacional de Letras Clássicas e Orientais, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no dia 9 de maio de 2011.

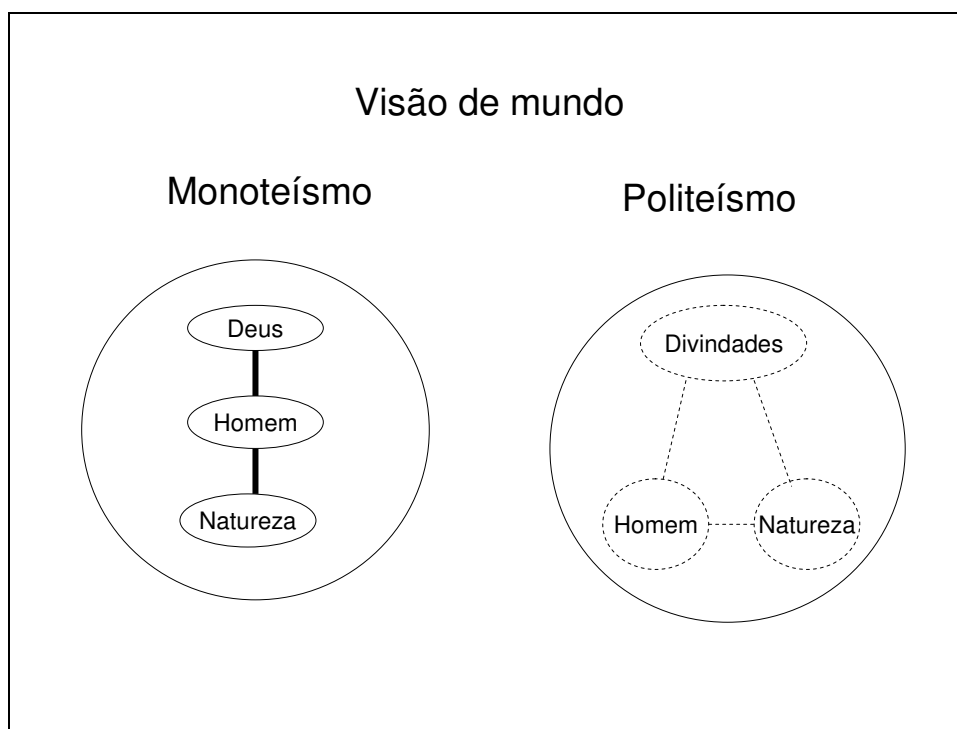
<sup>2</sup> Professora Visitante de Cultura Japonesa do Setor de Japonês, do Instituto de Letras (ILE), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: elisamassae@gmail.com. Agradeço à Profa. Dra. Satomi Takano Kitahara, Coordenadora do Setor de Japonês e do Programa Brasi-Japão da UERJ, pelo estimulante diálogo e incentivo ao ensino e à pesquisa sobre assuntos japoneses. Agradeço também ao Leonardo Brescia de Sousa Henriques pela gentileza de ter feito a revisão deste texto.

## Introdução

Alguns valores como harmonia 調和 (*chōwa*), impermanência 無常觀 (*mujōkan*), coletividade 集團主義 (*shūdanshugi*), hierarquia 序列の秩序 (*joretsu no titsujo*), respeito aos mais velhos 年配者尊敬 (*nempaisha sonkei*) norteiam o povo japonês. Este trabalho discorrerá sobre as manifestações desses valores culturais e sociais nipônicos, apresentando de um modo geral os preceitos básicos do Xintoísmo 神道 (*shintō*), Budismo 仏教 (*bukkyō*) e Confucionismo 儒教 (*jukyō*) que vieram sendo construídos desde os primórdios da história japonesa e que foram incorporados pelos governantes desse país ao longo do tempo e aplicados na sociedade japonesa, presentes ainda nos dias de hoje.

A visão de mundo oriental é basicamente politeísta, isto é, há uma crença compartilhada de que tudo na natureza, assim como na vida mundana, é dotado de espírito e assim, os mundos visíveis e invisíveis são habitados por várias divindades. As religiões politeístas contrastam com as monoteístas, como por exemplo, o Cristianismo e o Islamismo, haja vista que nestas há a ideia de que Deus – enquanto um ser supremo – criou o homem que, por sua vez, dotado de razão e inteligência, transforma a natureza. Assim, constitui-se uma estrutura vertical, com o criador no topo, e a sua criação (homem e natureza) abaixo, como podemos observar no quadro a seguir. Já o politeísmo tem uma relação mais difusa entre as divindades, o homem e a natureza, ideia essa que está presente nos valores e visão de mundo oriental, como ocorre na sociedade japonesa.

Posto isso, discorreremos sobre as principais características do Xintoísmo, Budismo e Confucionismo visando a compreender um pouco mais os valores nipônicos.



Fonte: KITAHARA, Satomi, 2011. “Tradição de insólito na Literatura Japonesa”. Apresentação feita no III Encontro Nacional “O insólito como questão na narrativa ficcional”, organizado pelo Seminário Permanente de Estudos Literários (SePEL) da UERJ, realizado no dia 18/04/2011, no ILE, UERJ.

### **Xintoísmo 神道 (*shintō*)**

O termo 神道 *Shintō* significa literalmente “o caminho do 神 *kami*” (divindade). O Xintoísmo é considerado uma religião indígena ou nativa do Japão, mas não surgiu como uma tradição autoconsciente, isto é, originalmente não foi um sistema de princípios morais ou doutrinas filosóficas, como o Confucionismo e o Budismo, até a introdução desses pensamentos no Japão, nos séculos IV e VI, respectivamente.

É no Xintoísmo antigo que encontramos a expressão nativa ou primordial de um sistema de valores que se mantém ainda nos dias atuais como um ingrediente básico da religião e

cultura japonesa, que pode ser considerado como uma matriz cultural, receptiva a elementos estrangeiros, aceitando-os e assimilando-os.

Antes da introdução do Budismo e do Confucionismo, a religião dos japoneses se caracterizava por não ser organizada ou indiferenciada, pelo culto à natureza e aos ancestrais, culto às boas colheitas agrícolas evocando fertilidade e produtividade, animismo e xamanismo.

A unidade social desse complexo de cultos era um grupo hereditário conhecido como *uji* 氏 (clã ou família). Os membros de cada *uji* cultuavam uma deidade, que muitas vezes era considerado o ancestral fundador. O chefe de um *uji* não era apenas um líder político, mas também um alto sacerdote. Havia pouca diferença entre a igreja e o Estado, isto é, a religião e a política andavam juntas.

Uma outra característica do Xintoísmo é o politeísmo. Um termo para denotar isso é 八百万の神 *Yaoyorozu-no-kami*, que significa literalmente “oito milhões de divindades”, ou seja, um panteão de deuses. Vários 神 *kami* (divindades ou deidades) estão presentes na natureza, como montanhas, mares, rios, pedras, árvores, pássaros, animais, enfim, a fauna, a flora e os elementos inanimados naturais em geral. Tudo o que causa temor, admiração e respeito também poderia ser considerado *kami*. Os seres humanos que tinham alguma qualidade extraordinária, como os imperadores, os heróis ou ancestrais das famílias, etc. também são referidos como *kami*. Isso evidencia a ideia de *kami*, que a maior parte dos japoneses tem, que é essencialmente diferente da concepção monoteísta de Deus encontrada nas tradições judaico-cristã e muçulmana (Hori, 1981:14).

Os deuses xintoístas nunca foram concebidos como absolutos ou transcendentos em relação ao homem e ao mundo. Ao contrário, sempre se assumiu que há uma continuidade significativa entre o *kami* (divindade) e o homem. Em grande contraste com a dicotomia simbólica entre o criador e a criação nas religiões monoteístas, a relação entre o *kami* (divindade) e o homem é simbolizado pelo termo 親子 *oyako* (pais e filhos), uma expressão

para a relação entre os ancestrais e os descendentes. O mito de que a extensão da linhagem imperial japonesa seja de uma continuidade ininterrupta desde 天照 *Amaterasu*, a Deusa Sol – uma das divindades japonesas mais importantes do panteão xintoísta – até o atual imperador, pode ser entendido como uma expressão empática dessa relação 親子 *oyako*, como um dos valores do povo japonês ligado à relação mítica entre os deuses e a família imperial.

Isso está registrado no 「古事記」 “*Kojiki*”, considerada a obra histórica japonesa mais antiga, escrita em 712, em que se discorre sobre o mito de origem do Japão e os reinos dos primeiros imperadores, desde o lendário 神武天皇 *Jinmu Tennō* (660-585 a.C.) até a imperatriz Suiko 推古天皇 (592-628 d.C.). Também há o 「日本書紀」 “*Nihon Shoki*”, de 720, uma cronologia dos imperadores desde os tempos antigos, que legitima o imperador como autoridade política. Nos capítulos dessas obras que recontam a mitologia japonesa, a estrutura do panteão de divindades é associada à estrutura da sociedade primitiva: a relação dos principais clãs com a família imperial é tida como resultado das relações estabelecidas entre os seus respectivos ancestrais. A legitimidade imperial japonesa baseada na coerência mítica, ritualística e religiosa, estabeleceu-se por meio da compilação da história nessas duas obras: 「古事記」 “*Kojiki*” e 「日本書紀」 “*Nihon Shoki*” (*Japan – an illustred encyclopedia*, 1998:1385).

A visão xintoísta do homem é afirmativa e mundana. A natureza humana é aceita como ela é. O mundo presente é considerado como sendo o lócus do valor, outros universos têm pouco significado positivo ao homem, em contraste com o pensamento budista pautado na ideia de transcendência, como veremos mais adiante.

Vale lembrar que a ideia de pecado original encontrada no Cristianismo não existe no Xintoísmo. No japonês antigo, 罪 *tsumi* (o mal, pecado, crime, ofensa, culpa) era uma noção que incluía não apenas transgressões morais, mas também desastres naturais, desfiguração

física e doenças. O mal era essencialmente poluição ou sujeira, seja física ou espiritual, enquanto a bondade era identificada com pureza. O homem era considerado originalmente limpo. O mal era uma entidade negativa que poderia e deveria ser removido com rituais de purificação ( 禊祓 *misogi harae* ou 大祓 *ōharae*). Essa reverência à pureza no Xintoísmo antigo, embora mais tarde tenha sido combinada com ideias budistas e confucionistas, continua sendo um elemento significativo na religião e na cultura japonesa. Isso se manifesta não apenas na religião e moralidade, mas também na arte e na arquitetura, assim como em muitas outras dimensões da vida japonesa.

Atualmente, podemos considerar o Xintoísmo como um sistema religioso com quatro formas principais (Hori, 1981: 29). [1] O Xintoísmo da família imperial 皇室神道 (*kōshitsu shintō*) – é centrado nos rituais para os espíritos dos ancestrais imperiais e praticado nas instituições imperiais. Distingue-se de outras formas de Xintoísmo, em parte porque esses ritos são feitos pelo imperador e em parte porque mantém os estilos mais arcaicos dos cultos xintoístas. Essa forma de Xintoísmo não é aberta ao público em geral. [2] O Xintoísmo de santuários 神社神道 (*jinja shintō*) – um santuário xintoísta 神社 (*jinja*) é construído para cultuar uma divindade em um lugar sagrado, considerado a morada de um 神 *kami*. Geralmente eles se localizam em meio à natureza e assim, pode-se dizer que ao longo dos séculos, o povo japonês experimentou um profundo senso de comunhão com os deuses. As construções desses santuários geralmente aludem à simplicidade e à naturalidade, como o *torii* 鳥居 que é o portal xintoísta que indica a entrada ou a proximidade de um santuário. [3] O Xintoísmo enquanto seita 教派神道 (*kyōha shintō*) – as seitas xintoístas se referem a treze grupos religiosos que passaram a existir no final do período Edo 江戸時代 (1600 a 1868) e início da era Meiji 明治時代 (1868 a 1912). [4] E o Xintoísmo popular 民間神道 (*minkan shintō*) – é caracterizado não apenas pelo sistema de crenças mais geral, mas também pela

importância dos rituais e festivais 祭り (*matsuri*) realizados em nome dos 神 *kami* (divindades).

De acordo com Hori (1981: 30), até o final do período Edo (1603 a 1868), a única religião que o governo japonês considerava seriamente era o Budismo, ao qual lhe deu um lugar de honra; o Xintoísmo era ignorado e o Cristianismo foi proibido. Com a decisão do governo Meiji (1868 a 1912) de exaltar o Xintoísmo, o Budismo foi desestabilizado e o Cristianismo, devido a pressões externas, passou a ter o direito legal de existir. Quando os santuários xintoístas foram absorvidos pelo Estado xintoísta, a questão que emergiu foi como regular os novos grupos religiosos. O governo não queria incorporá-los ao Estado xintoísta, apesar de muitos pontos convergentes, mas queria que esses grupos se adequassem às normas doutrinárias e ritualísticas do Estado xintoísta. O Xintoísmo do Estado japonês foi uma criação política que se iniciou no período Meiji 明治時代 (1868 a 1912) e que pode ser entendido como uma combinação de Xintoísmo de santuário com o Xintoísmo da casa imperial. Diante do colapso do feudalismo do período Edo 江戸時代 (1603 a 1868) e da necessidade de negociar com as potências estrangeiras desconhecidas (ocidentais), além de lidar com o crescente descontentamento civil, o novo governo Meiji imaginou que teria que modernizar a política e a economia japonesa (Reischauer, 1989:109-136). Esses objetivos poderiam ser alcançados tendo como base um claro sentido de identidade nacional e cultural nipônica. Acreditava-se que o Xintoísmo centralizado no imperador ofereceria significados simbólicos naturais para a consolidação e mobilização da nação. Tendo determinado a integração do Xintoísmo nas estruturas de poder, dando aos seus sacerdotes e às instituições apoio no mundo burocrático, o governo promulgou medidas como a separação do Xintoísmo e Budismo e a retomada do antigo Departamento de Assuntos Xintoístas 神祇官 (*jingikan*). À medida que isso foi tomando forma ao longo de alguns anos, o Xintoísmo, em contraste com todas as outras religiões, foi classificado como uma instituição governamental e os seus

sacerdotes como oficiais do governo. A partir do ponto de vista legal, o Estado xintoísta não é uma religião, os valores inculcados se encontram na instrução moral e não no ensinamento religioso. Ao mesmo tempo, em resposta a pressões dos governos ocidentais, o governo Meiji formalmente outorgou a liberdade religiosa aos cidadãos japoneses dentro dos limites não prejudiciais à paz e à ordem e que não contrariassem os seus deveres enquanto súditos. Na prática, isso significou que os grupos religiosos receberam autorização governamental para existirem dentro da lei e que as suas doutrinas e rituais estavam sujeitos à regulação governamental. Foi assim que o senso de identidade nacional centrado na devoção ao imperador se tornou, por meio do Estado xintoísta, a fundação oficial da nova ordem e o critério pelo qual todas as organizações religiosas passaram a ser controladas. Essa política geral se manteve, com variações, até o final da Segunda Guerra Mundial (1945).

Por fim, vale destacar dois aspectos gerais do Xintoísmo: por um lado, tem uma estrutura difusa com um conjunto de práticas, crenças e atitudes enraizadas nas comunidades locais, por outro lado, é uma religião organizada e definida como parte da linha imperial do Estado. Esses dois aspectos básicos estão relacionados e são as representações fundamentais do caráter nacional japonês, expressas nas estruturas sócio-políticas e atitudes psicológicas.

### **Budismo 仏教 (*bukkyō*)**

O Budismo, que originalmente surgiu na Índia, chegou ao Japão nos meados do século VI, depois de ter atravessado o continente asiático por mais de mil anos. O Budismo que encontramos no Japão é bem diferente do que nasceu na Índia e que cresceu na China. Se por um lado, o Budismo causou um grande impacto no senso de valores tradicionais nipônicos, por outro lado, ele se amalgamou significativamente com os valores xintoístas, juntamente



com os confucionistas, como veremos mais adiante. Desde então, o Budismo tem contribuído imensamente à cultura e à sociedade japonesa e à sua tradição religiosa.

Um dos princípios budistas é a ideia de transcendência ou a negação do mundo, uma vez que eles consideram o universo mundano enquanto um mundo de sofrimento (doença e morte). Para melhor ilustrar, a flor de lótus é considerada o símbolo do Budismo, pois ela nasce dentro da lama (representando o mundo de sofrimento), atravessa-a e desabrocha com toda a sua pureza ao transcender as dificuldades e assim atinge a iluminação. Ademais, a flor simboliza a transitoriedade, impermanência e a fragilidade da vida, além da sua própria beleza. Isso representou uma orientação valorativa completamente estrangeira, uma perspectiva que não existia nas ideias religiosas (xintoístas) do povo primitivo japonês, antes da introdução do Budismo. Embora no início esse novo princípio não tenha sido compreendido muito bem, no Japão, tanto os apoiadores quanto os opositores do Budismo consideravam o Buda meramente como um tipo de *kami* ou uma deidade estrangeira vindo de outras terras.

O Budismo, fundado no século V a.C. por Siddhartha Gautama, originou-se como um movimento de reforma hindu que defendia a prática da meditação para atingir a iluminação e, por fim, o Nirvana ou a emancipação do ciclo de renascimento (reencarnação). No período do Rei Asoka (236-232 a.C.), o Budismo indiano se dividiu em vários grupos, geralmente referidos como as Escolas *Theravada* (“Escola dos Anciãos ou Monges”; também conhecida como *Hinayana* ou “O Pequeno Veículo ou Ensino”) (Pereira, 2006). Mais ou menos no início da era cristã, surgiu o Budismo *Mahayana* (“o Grande Veículo”) que se distinguia do Budismo Theravada basicamente por ampliar o ideal *bodhisattva*. *Bodhisattva* seria o ser compassivo que adia a sua própria emancipação para salvar os outros e, como consequência, aumenta suas possibilidades de salvação, tornando-se disponível não apenas àqueles que entram nas ordens monásticas, mas a todos aqueles que acreditam num *bodhisattva*. Em contraste com o Budismo Theravada, que se enraizou no Ceilão (atual Sri Lanka), Birmânia

(Myanmar), Tailândia e outros países do Sul da Ásia, o Budismo Mahayana seguiu pela Ásia Central em direção à China e a vários países do Leste e Sudeste da Ásia, até chegar finalmente ao Japão.

Nesse país, o Budismo foi introduzido através da Coreia (em 538 ou 552 d.C). Mas, nos séculos seguintes, do VI ao XVI, o conhecimento do Budismo foi adquirido diretamente da China. Pelo fato de o Budismo ter sido introduzido no Japão através da rota do norte, o Budismo japonês é frequentemente classificado como Mahayana e, realmente, o Budismo japonês é bem diferente do Budismo Theravada que se centra na comunidade monástica (*sangha*). O Budismo sofreu muitas mudanças importantes na sua jornada desde a Índia ao Japão, atravessando a Ásia Central e a China. O que se chegou ao Japão, algumas vezes possuía formas que não seriam reconhecidos como Budismo na terra de origem. De um modo geral, o Budismo tendeu a se tornar cada vez mais complexo no curso de sua jornada. Vale notar que o cenário de fundo dessa complexidade é importante para entender o subsequente desenvolvimento das seitas budistas no Japão. As distinções do Budismo japonês se pautam na clara visibilidade da sua adaptação prática à sociedade nipônica, mais do que na sua contribuição ao pensamento budista.

No século VI, quando o Budismo foi oficialmente introduzido no Japão através do continente chinês, o país estava construindo uma nova ordem social, unificando os diversos clãs sob a égide da família imperial. Culturalmente, o Japão ainda estava pouco desenvolvido, no período pré-literário. Nessa conjuntura, o Budismo, enquanto veículo de uma cultura chinesa já bastante desenvolvida, trouxe consigo o sistema de escrita chinesa ( 漢字 *kanji* ou ideogramas), trazendo assim uma contribuição incalculável à cultura e à educação japonesas (Schirokauer, 1993:19-42). À época da entrada do Budismo no Japão, era notória a eminência da cultura e da civilização chinesa e a sua forma imperial de governo. Aos líderes políticos e culturais do Japão, o Budismo apareceu então como uma forma avançada de cultura. Os

primeiros a aceitarem e a se alinharem com o Budismo foram os da casa imperial e os das famílias influentes da nobreza japonesa.

Após algumas controvérsias, o Budismo teve o aval estatal, através do Príncipe Shōtoku 聖德太子 (574-622), então Regente do Japão de 593 a 622, que governou em nome de sua tia, a Imperatriz Suiko 推古天皇 (554-628, reinou de 593 a 628). Ele foi um patrono generoso do Budismo no Japão, trouxe muitos clérigos da Coreia e construiu vários templos budistas como *Hōryūji* 法隆寺, em 607, em Nara 奈良, onde se encontrava a corte Yamato.

O Príncipe Shōtoku criou a “Constituição dos Dezesete Artigos” 「十七条憲法」 (*Jūshichijō kempō*), considerada a primeira Constituição do Japão em 604. Ela consistia em uma série de normas com o fim de restringir o poder dos clãs e assim fortalecer a unificação do Estado japonês. Sendo fortemente influenciado pelo Budismo e Confucionismo, o príncipe delineou os princípios ideais de governo, as obrigações dos oficiais e dos cidadãos. A Constituição de Shōtoku afirmava claramente a importância do governante, sendo que todos aqueles que recebessem comandos imperiais deveriam obedecer escrupulosamente. Também ressaltava o ideal confucionista de harmonia e benevolência, assim como a compaixão e o comportamento ético budista. Os governadores e seus ministros deviam se comportar com decoro e evitar o abuso de poder de qualquer modo. Essa combinação de ação moral e governo benevolente era almejada, bem como o estabelecimento da harmonia em todos os aspectos. Enfim, esse ideal foi um tema constantemente expresso por todos aqueles que apoiavam a união entre a religião e o Estado no Japão. (Reader *et al*, 1993:161). Os preceitos morais desta primeira Constituição japonesa, em grande parte são confucionistas, mas a fonte definitiva de legitimidade de Shōtoku foi o ensinamento budista.

Em suma, o Príncipe Shōtoku abriu relações diretas com a China (recém-unificada pela Dinastia Sui em 581), trazendo as influências chinesas ao Japão como as novas ideias religiosas (budistas), o calendário chinês e o conceito de governo. Vale lembrar que nessa

época, a China era considerada como a grande referência de cultura e civilização no Oriente, assim como o Império Greco-Romano foi para o Ocidente. Nesse sentido, as realizações do Príncipe Shōtoku marcaram o primeiro grande passo no desenvolvimento do Budismo japonês inclusive nas artes (esculturas, pinturas e artes performáticas como dança, teatro e música) e na arquitetura (construção de templos), co-existindo com o Xintoísmo e o Confucionismo, através do contato intenso com a China nesse período.

Contudo, esses desenvolvimentos não implicaram o abandono da tradição xintoísta nativa. Ao contrário, o Budismo e o Xintoísmo tenderam a se fundir, assim como o Confucionismo foi incorporado no sistema de valores japoneses. Essa tendência a uma fusão harmoniosa do Budismo e Xintoísmo 神仏習合 (*shinbutsu shūgō*) se tornou de fato um dos primeiros indicadores de que o Budismo foi assimilado no Japão (Hori, 1981: 11-27).

A partir do período dos xogunatos (governos militares) de Kamakura 鎌倉時代 (1185-1333) e do período Muromachi 室町時代 (1336-1573), o Budismo começou a penetrar profundamente nas vidas das pessoas comuns. Sociologicamente dizendo, o movimento começou dos estratos mais altos da sociedade para baixo, ou do centro para a periferia. Isso se difere do Cristianismo primitivo, por exemplo, que primeiro se enraizou entre as pessoas mais humildes e depois atingiu as pessoas de classes mais altas. Nesse período, desenvolveram-se várias escolas budistas no Japão, que podem ser divididas em duas grandes linhas: as escolas amidistas que pregavam que qualquer pessoa poderia ir ao paraíso depois da morte, recitando ou invocando o nome de Buda, como a 浄土宗 *Jōdo-shū* (Terra Pura), 浄土真宗 *Jōdoshin-shū* e 日蓮宗 *Nichiren-shū*; e uma outra linha, mais filosófica, conhecida como 禅宗 *Zen-shū*, que enfatizava a liberação através da meditação e que foi rapidamente adotada pelas classes superiores e teve um impacto profundo na cultura japonesa, como 臨濟宗 *Rinzai-shū* e 曹洞宗 *Sōtō-shū* (Pereira, 2006).

Uma das características do Budismo japonês é o laço estreito entre o Budismo e o Estado, como podemos ver, por exemplo, em dois períodos da história japonesa, o período Nara 奈良時代 (710-794) e o período Tokugawa 徳川時代 (1603-1868). Enquanto na era Nara, os monges e monjas eram estritamente controlados de acordo com o código administrativo e penal conhecido como o sistema 律令 *ritsuryō*, na era Tokugawa, a promoção do Budismo era tomada como um projeto governamental. Os séculos seguintes assistiram à crescente autonomia das instituições budistas, mas novamente no período Tokugawa, todos os templos budistas estavam sob o controle do xogunato e todos os cidadãos deveriam por lei se registrar em algum templo. Essas medidas resultaram na formação de uma rede de organizações paroquiais instituída pelo governo e na incorporação dos templos nas funções do sistema administrativo feudal. Assim, foram criadas as instituições peculiarmente japonesas conhecidas como 檀家制度 *danka seido* (um sistema que relaciona todos os domicílios a um determinado templo). A lei que estabelecia esse sistema foi rescindida em 1871, mas até os dias de hoje, muitos domicílios continuam sentindo que têm uma obrigação e uma relação especial com um templo local, um laço que dá um suporte social importante para as organizações budistas estabelecidas há muito tempo.

O outro ponto que se destaca é a forte ligação que foi forjada entre o Budismo e a família – uma instituição que tradicionalmente tem sido considerada como a unidade básica da sociedade japonesa. Vinculado às famílias e clãs através de rituais de culto aos antepassados, o Budismo gradualmente alcançou um ponto em que prestar serviços mortuários se tornou uma de suas funções mais significativas.

O Budismo trouxe também um modo de pensar especulativo, metafísico com ideias de transmigração, carma, a lei da causa e efeito válida para o passado, presente e futuro. O outro elemento é a negação do mundo – deste mundo terreno marcado por sofrimento – um valor transcendental que deu ao povo japonês um senso de transitoriedade, efemeridade, fragilidade

da vida humana. Isso está presente nas expressões estéticas como 「物の哀れ」 “*mono no aware*”: uma expressão evocativa pungente do *pathos* desolado do sentido do homem diante da beleza que ele sabe que irá decair, dotada de uma emotividade subjetiva perante as transformações do ser ou do objeto ao longo do tempo, evocando a ideia de fragilidade e impermanência dos seres vivos que aparecem, por exemplo, no 「万葉集」 “*Manyōshū*” – uma antologia poética do século VIII – e no famoso 「源氏物語」 “*Genji monogatari*” de 紫式部 Murasaki Shikibu, do início do século XI, considerado uma das obras mais famosas da literatura clássica japonesa.

### **Confucionismo 儒教 (*Jukyō*)**

De um modo geral, os japoneses tendem a considerar o Confucionismo não como uma religião, mas uma forma de pensamento político e ensinamento ético.

Confúcio (551-479 a.C.), como é conhecido no Ocidente, queria restaurar a sociedade feudal hierárquica, porém harmônica que ele acreditava existir no início da dinastia Zhou (1027 a 256 a.C.) na China. O seu interesse dava à tradição uma orientação conservadora, com grande interesse no poder político e oficial. Confúcio acreditava que a ordem social ideal deveria ser alcançada não pela execução da lei, mas pelo exemplo moral dos que tinham autoridade. Os governantes deveriam delegar poder aos oficiais escolhidos apenas a partir da sua capacidade moral e intelectual. A fonte da moralidade de cada indivíduo estava na piedade filial, o respeito e obediência de uma criança em relação aos seus pais, do subordinado ao seu superior, isto é, respeito e obediência à hierarquia. Confúcio ensinou que os homens deveriam estudar e cultivar para se tornarem “homens superiores”. Esse ideal era caracterizado pelo conhecimento de canções clássicas, rituais, músicas e por virtudes como

lealdade, retidão, moderação, benevolência ou altruísmo (*Japan – an illustrated encyclopedia* 1998:222-224)

O Budismo e o Xintoísmo tradicionalmente têm tomado a iluminação e a salvação pertencentes a um reino distinto da vida diária e têm atribuído a esfera das relações humanas e a moralidade ao Confucionismo. Essa divisão de responsabilidades tem sido decisiva na formação de ideias japonesas sobre o Confucionismo. Enquanto um sistema de pensamento, em virtude do seu profundo envolvimento na vida prática do dia a dia do povo japonês, o Confucionismo tem exercido uma enorme influência nos modos de percepção e comportamento japoneses. De um modo mais geral, através da sua conexão com os problemas concretos das relações humanas na vida cotidiana, o Confucionismo colocou-se em contato com as religiões tradicionais no que diz respeito à sua fundação prática na sociedade e teve uma influência importante na forma que ele tomou (Hori, 1981:106).

Tradicionalmente é dito que o Confucionismo chegou ao Japão através da Coreia durante a segunda metade do século IV. Contudo, até pelo menos o final do século VI, o Japão começou a enviar delegações ao continente chinês para estudar a sua cultura com intuito de aprender e emular. Nessa conjuntura, o Japão ainda estava no processo de mudança de uma ordem social baseada na relativa autonomia dos diversos clãs para uma sociedade organizada e consolidada em torno da família imperial. Consequentemente, os líderes políticos japoneses viam a China como um modelo, pelo seu sistema de governo com o poder centralizado nas mãos do imperador e o Confucionismo como um corpo de pensamento que apoiava e legitimava esse sistema.

A consolidação japonesa do Estado sob a autoridade do imperador foi estabelecida com as Reformas *Taika* 大化改新 (*Taika no kaishin*) de 645, mas o primeiro a dar a expressão intelectual ao ideal de uma sociedade politicamente unificada foi o Príncipe Shōtoku na sua Constituição de Dezessete Artigos promulgada em 604, como vimos anteriormente. Nesse

documento a influência tanto do Budismo quanto do Confucionismo é evidente, mas no que se refere aos ideais políticos, o papel do pensamento confucionista é particularmente proeminente.

A partir desse início, o Confucionismo consistiu em dois componentes distintos, mas inseparáveis. Um é o sócio-político, de acordo com os usos e costumes da antiga China, suas instituições políticas e sociais, que foram desenhadas ao mesmo tempo e foram consideradas respeitosamente como ‘rituais’ (*li*) estabelecidos pelos reis sábios. O outro é o componente moral, de acordo com o qual uma grande importância foi atribuída às decisões éticas daqueles que buscam incorporar esses rituais em suas vidas e assim, dando origem à questão de como o homem, em seu comportamento em relação aos outros, pode aprender a ser autenticamente humano (*jen*). Desse modo, o Confucionismo foi absorvido na ideia legalista de que o mundo dos homens deveria ser governado de acordo com os decretos legais e a habilidade administrativa de um imperador poderoso. E depois do colapso da segunda dinastia Han (25 a 220 d.C.), o Confucionismo foi tomado como a doutrina estabelecida do império chinês, ocupando esse lugar como o sistema de pensamento que apoiou e justificou o Estado imperial centralizado. Idealmente, de acordo com esse modo de pensar, o imperador da China era o Filho do Céu, isto é, ele recebeu do céu o seu mandato para governar de acordo com os princípios benevolentes. Ele era visto como um homem virtuoso, com poder interior e, exercendo a virtude, regularia os assuntos não apenas do mundo dos homens mas também do mundo da natureza – em uma palavra, o universo. Essa ideia é adotada pelos japoneses para justificar a ligação mítica do imperador como descendente da Deusa Sol 天照 (*Amaterasu*), numa relação entre o céu e a terra.

Enquanto o Budismo tinha como seu princípio essencial o conceito de negação do mundo transcendental, o Confucionismo se baseava primariamente na afirmação do mundo presente e, portanto, nos princípios mundanos. Por essa razão, o Confucionismo estava



relativamente preparado para se amalgamar com o padrão de valores tradicionais japoneses, representado pelo Xintoísmo. Quando o Confucionismo foi introduzido no Japão no século IV, não causou tanta controvérsia como aconteceu com o Budismo mais tarde no século VI. A Constituição dos Dezessete Artigos 「十七条憲法」 do Príncipe Shōtoku 聖徳太子 contém muitos conceitos éticos confucionistas, embora a influência formativa básica tenha sido budista. Nas Reformas Taika 大化改新 de 645 e no estabelecimento posterior do Estado legal centralizado, o Confucionismo desempenhou um papel importante. Esse papel não foi de romper com os valores tradicionais, mas sim de racionalizar e reforçá-los com uma estrutura de pensamento ética e ideológica. Como consequência, a influência confucionista permeou a linguagem, comportamento e a consciência moral do povo japonês tão profundamente, que é difícil distinguir os elementos confucionistas dos não-confucionistas.

Como o Budismo, o Confucionismo não apenas modificou o Japão, mas no processo de assimilação foi se transformando, tornando-se gradualmente e substancialmente diferente do que era na China. Foi durante o período Edo 江戸時代 ou Tokugawa 徳川時代 (1603-1868) que se desenvolveu o que pode ser chamado de Confucionismo japonês, que começou a exercer influência numa escala maior. Mesmo no período Kamakura 鎌倉時代 (1185-1333), o Neo-Confucionismo – um reflorescimento do ensinamento confucionista que enfatizava o aprendizado assim como as relações harmoniosas entre as pessoas – já tinha estreado, mas naquele tempo, os monges *zen* foram atraídos pela ideia de sincretizar o Confucionismo com o Budismo. Contudo, com o início do período Edo (1603-1868), o governo Tokugawa adotou formalmente o ensinamento neo-confucionista como a fundação ideológica do novo regime. Com essa decisão, a assimilação começou a acontecer seriamente. Vários estudiosos e pensadores confucionistas apareceram e os preceitos morais confucionistas começaram a penetrar na vida das pessoas comuns. Foi nessa situação que o Confucionismo, sendo naturalizado, assumiu características distintas no Japão.

## **Considerações finais**

Neste trabalho, procuramos traçar de um modo geral, os preceitos básicos do Xintoísmo, Budismo e Confucionismo que estão presentes nos valores sociais e culturais japoneses ainda hoje. Notamos que, na sociedade japonesa, os preceitos dessas três diferentes doutrinas se sincretizaram. Em diferentes momentos da história japonesa, o Budismo se aproximou mais do Xintoísmo, mas depois um se distanciou do outro, ou o Neo-Confucionismo estava mais próximo ao Zen Budismo no período de Xogunato, por exemplo. Mas, ao longo da história japonesa, alguns valores como harmonia, impermanência, reencarnação, coletividade, hierarquia, respeito aos mais velhos, foram incorporados como valores constituintes da sociedade japonesa.

Ciente de que foi apenas uma ponta de um *iceberg*, espera-se que este texto estimule o leitor a buscar um aprofundamento maior para uma melhor compreensão da sociedade e da cultura japonesa.

## **Bibliografia**

HORI, Ichiro (coord.). **Japanese Religion – a survey by the Agency for Cultural Affairs.**

Tokyo, New York, London: Kodansha International, 1981.

**Japan – an illustrated encyclopedia.** Tokyo: Kodansha, 1998 (1993). Verbetes: “*Buddhism*”, p.124-136; “*Confucionism*”, p.222-224; “*Shintō*” p.1384-1392.

KITAHARA, Satomi. “Tradição de insólito na Literatura Japonesa”. Apresentação feita no III ENCONTRO NACIONAL “O INSÓLITO COMO QUESTÃO NA NARRATIVA

FICCIONAL”, organizado pelo Seminário Permanente de Estudos Literários (SePEL), no Instituto de Letras (ILE), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no dia 18 de abril de 2011.

PEREIRA, Ronan Alves. “O Budismo no Japão: sua história, modernização e transnacionalização”. Ponto de Encontro de Ex-Fellow, a.2, nº1, p.19-28, 2006, in Fundação Japão de São Paulo (acessado dia 15/06/2011):

[www.fjisp.org.br/estudos/ed%2001/artigo%20Budismo%20-%20Ronan.doc](http://www.fjisp.org.br/estudos/ed%2001/artigo%20Budismo%20-%20Ronan.doc)

READER, Ian; ANDREASE, Esben; STEFÁNSSON, Finn. **Japanese religions – past & present**. Honolulu: University of Hawaii Press, 1993.

REISCHAUER, Edwin. **Japan – the history of a nation**. Tokyo: Charles E. Tuttle Co., 3rd Edition, 1989.

SCHIROKAUER, Conrad. **A brief history of Japanese civilization**. Fort Worth (US): Harcourt Brace College Publishers, 1993.